

**CARLOS OTÁVIO FERREIRA DE ALMEIDA**

*Professor Pesquisador da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC), Pesquisador Visitante no Institute for Austrian and International Tax Law da Vienna University of Economic and Business, Doutor em Direito Econômico, Financeiro e Tributário pela USP, Mestre em Direito Público pela UERJ, Mestre em Direito Tributário pela University of Florida (Levin)*

# **TRIBUTAÇÃO**

## **INTERNACIONAL DA RENDA**

**A Competitividade Brasileira à Luz das  
Ordens Tributária e Econômica**

SÉRIE DOCTRINA TRIBUTÁRIA VOL. XII



# Editora Quartier Latin do Brasil

Rua Santo Amaro, 316 – Centro – São Paulo

Contato: *quartierlatin@quartierlatin.art.br*  
*www.quartierlatin.art.br*

**Coordenação editorial:** Vinicius Vieira  
**Diagramação:** Eduardo Nallis Villanova  
**Revisão gramatical:** Ronaldo Santos Soares  
**Capa:** Eduardo Nallis Villanova

ALMEIDA, Carlos Otávio Ferreira de. *Tributação Internacional da Renda: A Competitividade Brasileira à Luz das Ordens Tributária e Econômica – Série Doutrina Tributária v. XII.* São Paulo: Quartier Latin, 2014.

1. Direito Tributário Internacional. I. Título

ISBN: 85-7674-726-X

## **Índice para catálogo sistemático:**

1. Brasil: Direito Tributário Internacional

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

## SUMÁRIO

Agradecimentos.....	13
Prefácio.....	15
Lista de Abreviaturas.....	21
Introdução.....	25

### Capítulo I – Tributação Internacional e Ordem Jurídica Pós-Moderna, 29

I.1. Tributação internacional na pós-modernidade .....	30
I.1.1. Tributação no Estado do século XXI.....	30
I.1.1.1. Globalização.....	34
I.1.1.2. Integração econômica e livre mobilidade de bens, pessoas, serviços e capitais .....	38
I.1.1.3. A importância crescente da tributação da renda no contexto pós-moderno.....	42
I.1.2. Tributação universal e tributação territorial.....	45
I.1.3. Tributação pelo Estado da fonte e pelo Estado da residência.....	51
I.1.4. Tributação e comércio eletrônico.....	52
I.1.5. Estabelecimentos Permanentes .....	57
I.1.6. Bitributação internacional .....	66
I.1.6.1. Causas e efeitos da bitributação internacional.....	66
I.1.6.2. Medidas unilaterais de combate à bitributação: imputação e isenção.....	71
I.1.6.3. Medidas bilaterais de combate à bitributação: acordos de bitributação.....	74
I.1.7. Relação do Direito Tributário Internacional com o Direito Econômico.....	76
I.1.7.1. Características dos Sistemas Tributários Competitivos .....	80
I.2. Conclusões do capítulo.....	85

## Capítulo II – Limitações Jurídicas à Concorrência Tributária Internacional, 89

II.1. Concorrência Tributária Internacional.....	90
II.1.1. Investimento Estrangeiro Direto – IED.....	90
II.1.2. Conceito de concorrência tributária internacional.....	98
II.1.3. Aspectos positivos e negativos da concorrência tributária internacional.....	101
II.1.4. “Paraísos fiscais” e regimes de tributação privilegiados.....	103
II.1.4.1. Relatório da OCDE sobre concorrência tributária nociva – 1998.....	103
II.1.4.2. Conceito de “paraísos fiscais”.....	105
II.1.4.3. Listas de “paraísos fiscais”.....	116
II.1.5. Mitigação da concorrência tributária: cooperação internacional.....	118
II.1.5.1. Troca de informações em matéria fiscal.....	121
II.2. Balizas do ordenamento jurídico à concorrência tributária.....	123
II.2.1. O Estado competitivo sob o exame da proporcionalidade.....	123
II.2.1.1. Concorrência tributária aceitável e concorrência tributária nociva.....	123
II.2.1.2. Exame de proporcionalidade.....	126
II.2.2. Critérios informadores da tributação da renda no Brasil.....	132
II.2.2.1. Igualdade.....	136
II.2.2.1.1. Capacidade contributiva e solidariedade.....	136
II.2.2.1.2. Progressividade e Proporcionalidade.....	140
II.2.2.2. Praticabilidade.....	141
II.2.2.3. Indução por normas tributárias.....	143

II.2.2.4. Razoabilidade e Coerência .....	145
II.2.2.5. Outros princípios constitucionais relevantes para a tributação da renda .....	146
II.2.3. Fiscalidade e indução sob a Ordem Econômica....	148
II.2.3.1. Limitações da Ordem Econômica às normas tributárias indutoras no plano doméstico.....	148
II.2.3.2. Limitações da Ordem Econômica às normas tributárias indutoras no plano internacional .....	154
II.3. Conclusões do capítulo .....	163

### **Capítulo III – A Tributação como Meio de Atração ao Investimento Estrangeiro Direto, 169**

III.1. Incentivos fiscais – regulação e eficiência .....	170
III.1.1. Normas Tributárias Indutoras .....	170
III.1.2. Benefícios fiscais: gastos tributários e subvenções diretas .....	175
III.2. Incentivos fiscais no âmbito dos acordos de bitributação.....	185
III.2.1. Cláusulas de incentivo .....	191
III.2.1.1. <i>Tax sparing</i> e <i>matching credit</i> .....	191
III.2.1.2. <i>Tax Sparing</i> : uma reconsideração.....	195
III.2.1.3 <i>Tax Sparing</i> : reconsideração da reconsideração .....	197
III.2.2. Deve, afinal, a residência reconhecer os incentivos da fonte? .....	204
III.2.3. Política de negociação de acordos de bitributação e inserção internacional .....	207
III.2.3.1. Alemanha .....	209
III.2.3.2. Chile.....	214
III.2.3.3. China.....	218

III.2.3.4. Estados Unidos .....	222
III.2.3.5. Índia .....	226
III.2.3.6. México.....	229
III.2.3.7. Brasil .....	233
III.3. Conclusões do capítulo.....	238

## **Capítulo IV – Tributação da Renda e Competitividade Internacional, 243**

IV.1. Moldura constitucional da renda no Brasil .....	244
IV.1.1. Conceito de renda.....	244
IV.1.2. O conceito constitucional de renda no Brasil .....	248
IV.1.3. O fato gerador do imposto de renda no CTN .....	253
IV.1.4. Sujeição passiva ao imposto de renda.....	259
IV.1.5. Bases de cálculo do modelo brasileiro do imposto de renda .....	261
IV.2. Notas sobre o sistema brasileiro de tributação da renda .....	264
IV.2.1. Visão geral do sistema de tributação da renda .....	264
IV.2.2. Tributação de não residentes.....	268
IV.3. Análise da coerência de alguns institutos da tributação da renda à luz de critérios constitucionais .....	269
IV.3.1. Integração da tributação de pessoas físicas e jurídicas.....	271
IV.3.2. Regras <i>CFC – Controlled Foreign Corporations</i> .....	281
IV.3.3. Preços de Transferência.....	299
IV.3.4. Regras de Subcapitalização .....	311
IV.3.5. Compensação de lucros e prejuízos.....	321

IV.3.6. Regime Fiscal para Grupos de Empresas – <i>Group Tax Regime</i> .....	325
IV.4. Conclusões do capítulo .....	334
IV.5. Quadro sinótico dos testes de constitucionalidade sobre regras de tributação internacional da renda .....	336

## V. Conclusões, 339

Bibliografia .....	345
--------------------	-----